

Diretoria do FMI analisa relatório

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — A diretoria executiva (**board**) do Fundo Monetário Internacional deverá examinar até o fim de agosto o relatório de seus técnicos sobre as consultas realizadas com o governo brasileiro, com base no artigo IV dos estatutos da instituição.

O relatório cobre a situação e o desempenho econômico do País basicamente em 1984, mas, segundo fontes bem informadas, contém dados sobre os primeiros meses deste ano, já que a missão que o FMI enviou ao Brasil retornou em meados de junho.

Em outras circunstâncias, esse exame não teria importância decisiva, já que todo mundo sabe que o programa anterior falhou. O problema é que a diretoria entra em recesso de 12 a 23 deste mês e, aparentemente, só poderá discutir o relatório depois desse período. Um economista do Fundo Monetário pergunta, então, se o diretor-gerente da instituição, Jacques de Larosière, estaria disposto a enviar, antes dessa discussão, uma carta aos bancos credores do Brasil, solicitando que prorro-

guem por mais 90 dias seu acordo com o País. Caso contrário, a carta seria enviada em cima do prazo do acordo, que expira em 31 de agosto.

É pouco provável também, afirma o economista, sempre cauteloso, que os representantes dos países industrializados na diretoria executiva do FMI digam que as políticas do País são corretas e que o Fundo deve ser flexível. "Ninguém espera elogios. O grau de crítica vai determinar e condicionar o comportamento dos técnicos do FMI", afirmou.

Sem poder jurar, o economista acredita que Larosière gostaria de saber, antes de recomendar a prorrogação aos bancos, como a diretoria está vendo a evolução das coisas no Brasil. A propósito, os bancos cobram uma comissão pela prorrogação.

O relatório de consultas com base no artigo IV — que diz respeito a obrigações dos membros do FMI na área econômico-financeira — foi preparado pela missão após seu retorno do Brasil e já foi distribuído à diretoria.

FALTA CANCELAR

O acordo ampliado, de três anos,

que o Brasil formalizou com o Fundo Monetário Internacional no começo de 1983, não é mais "operacional", para todos os fins práticos, mas até agora não foi cancelado formalmente.

Em maio, no seu primeiro encontro em Washington, o ministro Francisco Dornelles e o diretor-gerente do FMI resolveram esquecer o passado, abandonar o acordo ampliado e iniciar negociações com vistas a um acordo *stand by* (contingente) de 18 meses. Mas cabe ao Brasil pedir que o FMI cancele o acordo original, que só terminaria em 28 de fevereiro de 1986. Até agora isso não aconteceu. Provavelmente, esperava-se que o novo acordo *stand by* ficasse pronto até o fim de agosto e que na mesma carta o governo pudesse pedir o cancelamento do outro.

De qualquer maneira, o último volume das estatísticas financeiras internacionais do FMI menciona o acordo ampliado do Brasil entre os demais que ainda estão ativos.

Pelo acordo ampliado, de um total de aproximadamente US\$ 4,24 bilhões, o Brasil teria para sacar ainda US\$ 1.496 bilhão, que será mais ou menos o valor do acordo contingente, se for firmado.